

COONTOGENIA: ESCUTAR OUTROS SÓCIOS NO ESPAÇO DA LINGUAGEM

Beto Vianna

Universidade Federal de Sergipe

Resumo

Em suas explicações, a linguística concede aos atores humanos um papel exclusivo, em função da definição de seu objeto de estudo (a linguagem), entendido como capacidade ou comportamento específicos do humano. Nossa tradição local, acadêmica, de considerar a linguagem como um sistema representacional (transmitida intersubjetivamente e armazenada individualmente), e as regularidades observadas do código linguístico como o fenômeno a ser explicado, torna surdos a nós, linguistas, para o espaço interacional em que nos movemos e que é gerativo dessas regularidades, privando-nos de considerar, como preocupação legítima das ciências da linguagem, os processos coontogênicos humanos, não humanos e interespecíficos, enquanto domínios linguísticos em seus próprios termos. Proponho, com a ajuda da abordagem sistêmica da escola chilena conhecida como Biologia do Conhecer, e a contribuição de pensadores pós humanistas de várias áreas, ampliar o horizonte de preocupações (e, assim, a disposição para escutar) dos cientistas da linguagem, de modo a incluir o espaço de relações ocupado e transformado, a todo instante, pela ação dos sistemas vivos e constituinte dos sistemas sociais.

Palavras-chave: coontogenia; linguagem; biologia do conhecer; sistemas vivos

COONTOGENY: LISTENING TO OTHER PARTNERS IN THE LANGUAGE SPACE

Abstract

In its explanations, linguistics grants human actors an exclusive role, following the definition of its object of study (language), understood as a capacity or behavior specific to human species. Our local, academic tradition of considering language as a representational system (transmitted intersubjectively and stored individually), and the observed regularities of the linguistic code as the phenomenon to be explained, deafens us linguists to the interactional space in which we move and is generative of these regularities, depriving us of considering, as a legitimate concern of the language sciences, the human, nonhuman and interspecific coontogenic processes as linguistic domains in their own terms. I propose, with the help of the systemic approach of the Chilean school known as Biology of Knowing, and the contribution of post-humanist thinkers from various areas, to widen the horizon of concerns (and thus the willingness to listen) to include the space of relations occupied and transformed, at all times, by the action of the living and constituent systems of social systems.

Keywords: coontogeny; language; Biology of Knowing; living systems

INTRODUÇÃO

Dentre as ciências ditas humanas e sociais, não é a sociologia (em que pese a leitura canônica do elemento “socio-”), ou a antropologia (em que pese a etimologia especista do seu nome), a disciplina que se distingue pela devoção exclusiva ao humano. Nesses, como em outros campos do saber da grande área, as tentativas de explicar a formação e o funcionamento das sociedades e das culturas (humanas, está claro), já em suas origens ocidentais e em sua busca de autonomia em relação às ciências da natureza, nos levaram a lidar com uma hoste de colaboradores desprovidos de humanidade: técnicas e artefatos, outros seres vivos, ambientes e acidentes naturais, deuses e espíritos. A essa população já heterogênea de sócios, podemos acrescentar (se quisermos fazer notar o subconjunto mais celebrado das técnicas), a escrita, - os registros, as inscrições - tanto no sentido de *domesticadora do humano*, de Jack Goody (2012), e portanto externa ou parasitária do humano, quanto na arquiescritura, de Jacques Derrida (2017): na leitura derrideana do Fedro, uma droga preparada e oferecida por um deus a outro e, portanto, em tudo *sobre-humana*.

Nem mesmo a psicologia, ciência que roubou da filosofia o objeto que Darwin costumava se referir como “a nossa própria cidadela” (BARRETT *et al.*, 1987, p. 564) – a mente –, pode pleitear uma atenção exclusiva à nossa espécie. Animais não humanos de todos os ramos taxonômicos frequentam não apenas os laboratórios, mas as preocupações teóricas, às vezes exclusivas, dos psicólogos, ainda que para reafirmar uma “grande cadeia da cognição” (Gómez-Soriano; Vianna, 2008, p. 179), com o humano, é claro, no topo. Finalmente, as relativamente recentes abordagens “simétricas” (LATOURETTE, 1993, p. 91) dos estudos da ciência e da tecnologia, e a irrupção dos *animal studies* nas ciências sociais e humanas – da história ao direito, da economia à antropologia – nas últimas três ou quatro décadas (KALOF; FITZGERALD, 1987; VIANNA; MAIA, 2017) promoveram a entrada triunfal dos novos coadjuvantes, alçados de recurso cenográfico a atores, ou, no mínimo (para preservar a distinção ontológica), a *actantes*, tão agentes na construção das sociabilidades híbridas quanto seus sócios mais tradicionais.

Se quase nenhuma ciência humana é, hoje, território exclusivo da humanidade, uma só notável exceção – as ciências da linguagem, ou a linguística – acaba impondo sua regra às demais, ao auto afirmar-se (e assim afirmar sua autonomia e seu estatuto de ciência) como detentora das explicações dessa que é considerada uma marca distintiva da humanidade. Antes de mais nada, convém reconhecer que a ligação umbilical (ao mesmo tempo histórica e necessária) da linguística com a nossa espécie não depende de um acordo sobre o que faz do humano, humano, ou o que faz do humano uma

espécie “única”, como costumam se perguntar os manuais de antropologia física e psicologia evolutiva (FOLEY, 1993). A capacidade da linguagem ser, de fato, o rubicão ontológico que dá acesso à credencial de humano, pode continuar sendo matéria controversa, sem que o debate mude uma vírgula no espectro de interesses da linguística. A ciência da linguagem sempre se considerou e pretende (a comunidade de linguistas pretende) continuar sendo considerada uma ciência *humana*, não por sua filiação a essa grande área do conhecimento (o que, de fato, nem sempre ocorre), mas pelas duas camadas de barreira, tão heterogêneas como água e óleo, que a disciplina erigiu em torno de seu objeto de estudo: natureza e sociedade.

O que Latour (1993) chama de “acordo modernista”, a purificação dos polos ontológicos do natural do social, a distinção sujeito e objeto, e a separação entre epistemologia (a racionalidade da ciência) e poder (as irracionalidades da política) são transportados, nas ciências da linguagem, para *dentro* do objeto de estudo, ou do plano conceitual da disciplina, que é a separação, irrevogável, entre o linguístico e não linguístico. Assim, o que os estudos da ciência e da tecnologia vêm reconsiderando, para além de tal acordo modernista, como uma associação entre humanos e não humanos, a linguística responde como uma dissociação entre elementos co-ocorrentes e concorrentes, um *double bind* (BATESON, 2000, p. 271) entre um dado da natureza humana (o *objeto* da disciplina, o próprio código ou as regularidades de uso do código linguístico, uma capacidade ou comportamento específico e universal da espécie) e um acidente da sociedade humana (um contexto, um processo histórico ou um ambiente que autorizam, determinam ou influenciam as vicissitudes do próprio código ou do uso do código por um *sujeito*). Assim, desde a sugestão estratégica do Pai-fundador da linguística, de que “o ponto de vista cria o objeto” (SAUSSURE, 1991, p. 15), e que a linguagem é, enquanto fenômeno holístico (mas não, necessariamente, objeto de estudo) a um só tempo individual e social, fala e língua, as ciências da linguagem têm produzido subdisciplinas que se rebelaram seja contra a atenção exclusiva à *langue* (ao sistema) ou à *competence* (o mecanismo gerativo individual, universal, e subjacente à *langue*) respectivamente do próprio Saussure e de Chomsky (1994), como ocorreu nas viradas funcionalista, sociolinguística e pragmatista dos anos 1960 e 1970 (WEEDWOOD, 2002) e na oposição bakhtiniana ao “objetivismo abstrato” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 170). O que não se ousou cruzar foi a fronteira rígida entre o linguístico e o não linguístico, ou extralinguístico, que, na prática, elege o sistema de signos, o código (e não o enunciado, como queria Volóchinov) como o núcleo duro da disciplina, o fato natural e universal do humano, o *dado linguístico*, seja enquanto entidade autônoma, explicável em suas regularidades internas, seja como um repositório cambiante das forças irracionais da(s) sociedade(s) também

humana(s) e, nesse caso, disponível para as várias abordagens da variação e do uso linguísticos. Não há espaço para novos sócios nessa sociedade (secreta, dá vontade dizer) de humanos e humanos.

Proponho questionar a distinção linguístico/extralinguístico, não como um apelo à mudança de objeto(s) das ciências da linguagem, ou uma proposta de reorientação dos interesses da disciplina como um todo ou de suas subdisciplinas, mas como uma sugestão de ampliação das associações possíveis e permissíveis, de (re)vascularização dessa ciência em seu plano conceitual. E isso é possível, acredito, se permitirmos que nossa atenção se volte para outros modos de considerar o fenômeno “linguagem”, em que corpos (humanos ou não) e textos (estes, nunca humanos) são afetados nas, e gerativos das, distinções que escolhemos fazer na própria linguagem. Nossa tradição local, acadêmica, de considerar a linguagem como um sistema representacional (transmitida intersubjetivamente e armazenada individualmente), e as regularidades do código como o único fenômeno a ser explicado, torna surdos a nós, linguistas, para o espaço interacional em que nos movemos e que é gerativo dessas regularidades, privando-nos de considerar, como preocupação legítima das ciências da linguagem, os processos coontogênicos humanos, não humanos e interespecíficos, enquanto domínios linguísticos em seus próprios termos. O epíteto *linguístico*, se quisermos que continue útil para além de seu papel político de decidir o que conta ou que não conta como uma abordagem da linguagem na economia acadêmica, não precisa, sugiro aqui, se referir exclusivamente aos dados da natureza que existem para todo o sempre, aguardando ser descobertos por um especialista da disciplina. Explicar a linguagem como um fenômeno relacional implica aceitarmos a pergunta por quem escuta e pela maneira que escuta, como um processo irreduzível de tradução, que envolve o escutar de quem explica, daquele que só pode descrever/explicar o fenômeno da linguagem como uma reformulação de sua experiência. A circularidade irreduzível implicada nessa abordagem relacional da linguagem requer, é claro, alguns compromissos epistemológicos, e a escolha de um ponto de partida que gere o fenômeno da linguagem e, ao mesmo tempo, um organismo que participe de interações que descrevemos/experenciemos como linguísticas. Os compromissos e o ponto de partida tomarei emprestados da escola chilena conhecida como Biologia do Conhecer, de Humberto Maturana e Francisco Varela (1998).

1 O CAVALO BRANCO DE NAPOLEÃO

Quando eu tinha talvez quatro anos de idade, meu pai costumava me perguntar: “Qual é a cor do cavalo branco do Napoleão?”. Para essa mesma frase, tínhamos o

mesmo efeito (dizem os filósofos da linguagem) se perguntássemos de quem era o cavalo de Napoleão, ou, ainda, que bicho branco era o tal cavalo. A resposta é obviamente dirigida, ou forçada, assim como os engenheiros falam de “movimento forçado” no espaço de projeto (DENNET, 1998, p. 134): se quero alcançar a meta B, dadas as circunstâncias, isso é o que eu *devo* fazer.

Curiosamente, os linguistas definem a linguagem humana (se e quando definem, pois trata-se de uma premissa) exatamente assim: a linguagem humana é específica da espécie, pois só os humanos *possuem* linguagem. A linguagem como capacidade, comportamento, ou, de todo modo, *atributo* individual e universal, é, portanto, o ponto de partida para a circunscrição da linguagem ao âmbito humano enquanto espécie biológica, e, além disso (a par de distúrbios neurológicos ou traumas graves), extensivo a todos os membros da espécie. É claro que muitos de nós, linguistas, podemos estar atentos para o fato de que “humano”, mesmo em uma definição taxonômica consensual, refere-se a uma classe de organismos que percorrem fases ontogênicas não linguísticas (inclusive unicelular!), e, portanto, específico e universal “da espécie” é uma maneira abreviada de se referir a “todos os humanos nas fases do desenvolvimento e nas circunstâncias em que é possível distinguir as disposições corporais a que chamamos linguagem humana”. A frase estendida é um golpe fatal no movimento forçado da descrição, como se perguntássemos, sobre o cavalo branco de Napoleão, se se trata de um membro da subespécie *Equus ferus caballus* em uma fase multicelular em que já é possível detectarmos a falta de melanina ou outro fator de coloração branca na pelagem ou no tecido epitelial. Perdemos a aparência de pergunta não forçada, que fazia toda a graça na brincadeira sobre brancuras equinas, e, na definição expandida da linguagem humana, revela-se uma também decepcionante caixa-preta, não muito diferente do “princípio dormitivo” que explica a ação do ópio em Molière (BATESON, 2000, p. xxvii). Principalmente, a descrição expandida revela que a linguagem é um fenômeno relacional, não por se tratar de um comportamento “interacional”, mas porque, tal como a cognição, a linguagem não é propriedade do constitutiva organismo descrito (do domínio fisiológico desse organismo), mas da distinção que, enquanto observadores, fazemos do organismo *em* um espaço relacional (seu domínio comportamental). Precisamos distinguir (quando distinguimos) um comportamento como linguístico, na linguagem.

2 EXPLICAÇÃO BIOLÓGICA NA BIOLOGIA DO CONHECER

O fundamento do modelo explicativo da Biologia do Conhecer (BC) é biológico, e devo explicitar o que entendo por biológico, pois tal como venho sugerindo que

a distinção natural/social é inadequada, caracterizar o domínio biológico como imperativo natural dificulta refletirmos sobre fenômenos gerativos do vivo, inclusive do humano, entre eles a linguagem. Temos uma história suficientemente longa de ressentimento com a “colonização das ciências sociais” (ROSE, 2000) por explicações biológicas reducionistas, ou, de forma ainda mais enganosa, explicações “conciliatórias” (OYAMA, 2008, p. 51), em que as causas são repartidas entre naturais (ou genéticas) e culturais (ou ambientais). No caminho explicativo que estou sugerindo, toda característica é biológica (se estão implicadas no viver), e todas são adquiridas, pois sempre dependem do percurso ontogênico – das relações internas e externas do sistema vivo – para surgir, mudar e se conservar.

Explicar o fenômeno do vivo a partir das propriedades de suas partes ou da influência de agentes externos, ou ambos, nos faz perder de vista a fenomenologia tanto das operações constitutivas quanto comportamentais do organismo, do “sistema em desenvolvimento” (OYAMA, 2000, p. 27). Nessa perspectiva, biologia não é uma forma inicial, codificada nos genes e selecionada pelo ambiente, ou final, especificada desde o início por alguns de seus elementos, mas o produto, a cada momento, das dinâmicas internas e dos processos interacionais do sistema, “uma propriedade emergente do sistema total de relações que a possibilitam” (INGOLD, 2008, p. 89). Tanto a rejeição quanto a aceitação acrítica de explicações biológicas nas ciências humanas e sociais vêm do entendimento do biológico como um domínio de especificações reducionistas.

Na BC, a explicação do operar do vivo é intrinsecamente não reducionista: distingue-se um sistema e seus componentes, tratando-os como “unidades operacionalmente diferentes, que pertencem a conjuntos discretos que geram domínios fenomênicos que não se intersectam” (MATURANA, 1997, p. 127). Assim, não podemos, nos termos da BC, explicar o operar do sistema (o organismo em questão) a partir das propriedades de seus componentes (como no determinismo genético). Ainda, o sistema deve ser tratado como determinado estruturalmente (determinado, a cada momento, por sua estrutura), não sendo permitidas interações instrutivas (por exemplo, dos genes, ou do ambiente) na especificação dos fenômenos pertinentes ao operar do sistema. Na BC, o sistema vivo é uma máquina definida por sua organização *autopoiética* (termo composto que faz referência ao processo de autoprodução). O sistema autopoiético é um sistema de processos de produção que produz os componentes que geram esses mesmos processos através de suas contínuas interações e transformações, constituindo a tal máquina no espaço físico. (MATURANA; VARELA, 2003). Temos assim, uma definição circular e autônoma dos seres vivos, uma rede fechada cujos componentes produzem a mesma rede que os produziu.

Essa definição faz referência, primariamente, à célula ou organismo unicelular (que forma uma rede de produções *moleculares*), mas nós, humanos, e outros

organismos, realizamos nossa autopoiese como agregados funcionais de células em parte do nosso desenvolvimento. Como a dinâmica celular participa da organização dos seres multicelulares, somos máquinas autopoieticas de segunda ordem.

3 COMPORTAMENTO E SISTEMAS SOCIAIS

Quando observamos um sistema vivo, distinguimos, além das relações entre seus componentes, a relação do sistema como um todo com o meio em que vive, ou, mais precisamente, certas regularidades tomadas como resultado dessa relação organismo-meio. Às ações da totalidade do sistema vivo no meio, chamamos de *comportamento* do organismo (MATURANA; VARELA, 1998, p. 136). Apesar de podermos observar simultaneamente o domínio onde os componentes operam (os estados internos) e o domínio onde o organismo inteiro interage com o ambiente (o comportamento), nos termos da BC eles devem ser descritos como domínios disjuntos, que não se intersectam. A dinâmica interna do organismo (sua fisiologia) não especifica as interações de que o organismo participa (seu comportamento), assim como as interações do organismo não especificam as mudanças estruturais. Não podemos dizer, por exemplo, que a fisiologia de um organismo *produz* a linguagem, ou, inversamente, que o operar no espaço da linguagem causa mudanças estruturais (fisiológicas), ainda que a história de interações seja coerente com a história de mudanças estruturais.

A separação fenomênica entre fisiologia e comportamento rompe com o conceito, tradicional tanto na filosofia quanto nas ciências experimentais, de representação (do mundo, do ambiente, da realidade) como uma operação interna do organismo. Com o conceito de determinismo estrutural, não podemos falar (na perspectiva da BC) em transmissão de informação, seja entre meio e organismo, seja entre componentes do organismo e o sistema como um todo: tudo o que ocorre com o organismo é determinado por sua estrutura a cada momento, e a estrutura está em contínua mudança, desde o surgimento do ser vivo como unidade autônoma até sua morte. No entanto, é preciso dar conta das regularidades comportamentais observadas: a correspondência entre a história de mudanças estruturais e os encontros com o meio. Os conceitos chave são os de acoplamento estrutural e conservação da adaptação (MATURANA; VARELA, 1998, ps. 102-103). Como a estrutura do organismo só permite interações que conservam a organização ou a destroem, observar um ser vivo em seu meio é observar um domínio comportamental que conserva, naquele momento, e até aquele momento, a adaptação (e a organização autopoietica) do organismo. A adaptação, tanto quanto a organização, é invariante: ou o organismo está adaptado, conservando sua organização, ou está morto. Viver é conservar a autopoiese.

Se o nosso ponto de partida é biológico, devemos tratar os sistemas sociais como macrossistemas compostos por sistemas vivos para explicá-los, mesmo quando voltamos nossa atenção para as sociedades humanas. Se, no entanto, escolhemos chamar de sociais grupos compostos apenas por humanos, temos que aceitar que o fundamento da explicação deixa de ser biológico e encontra suas motivações em outro domínio fenomênico. Nas redes sociotécnicas (LATOURET, 2017), por outro lado, a composição do social surge de práticas de mediação de que participam não humanos de todo tipo, vivos ou não. O sistema social surge nas coerências explicativas da BC como consequência do operar de seres vivos, e existe apenas enquanto servir de meio para a realização da autopoiese dos organismos que a compõe.

Na BC, todo sistema social é composto por sistemas vivos (inclusive humanos), mas nem todo agrupamento de sistemas vivos (inclusive humanos) é um sistema social. Como o fluir comportamental (as ações do ser vivo em um meio) modula o curso das mudanças estruturais, o mesmo irá acontecer quando parte do meio com o qual o organismo interage é outro organismo (VIANNA, 2011). Quando, em um domínio comportamental, consideramos dois (ou mais) sistemas vivos em interação, as mudanças estruturais de cada um desses sistemas, suas respectivas ontogenias, irão ocorrer em um contexto coerente com a sua história de interações. Um sistema social surge quando um organismo participa da conservação da autopoiese de outro(s) organismo(s) no domínio comportamental.

4 LINGUAGEM

Em “Biologia da linguagem: epistemologia da realidade”, Humberto Maturana (1997, p. 123) inicia sua exposição dizendo “Não sou linguista, sou biólogo. Portanto, vou falar sobre a linguagem como um biólogo, e me dedicar a duas questões biológicas básicas”:

1. Que processos devem ocorrer no organismo para que ele estabeleça um domínio linguístico; e
2. Que processos devem ocorrer em uma interação linguística que permitam a um organismo descrever os eventos que ele experiencia.

Ora, eu não sou biólogo nem antropólogo, mas linguista. Mas como aceito os fundamentos biológicos da BC para explicar a linguagem, e como proponho este trabalho como uma contribuição para a antropologia linguística, aceito as questões propostas por Maturana, ainda que precise responder a segunda de modo diferente. Na primeira questão, descrevemos o que ocorre com dois (ou mais) organismos em interação, com

consequências idênticas ao estabelecimento de um sistema social. Em outro artigo, também segundo o caminho explicativo da BC, descrevo assim o fenômeno (VIANNA, 2011, p. 152):

Como o fluir comportamental do ser vivo modula o curso de suas mudanças estruturais, o mesmo irá acontecer quando uma parte do meio com o qual o organismo interage é outro organismo. Suas respectivas ontogenias irão ocorrer num contexto coerente com a história de suas interações. Se as interações entre esses dois organismos são recorrentes e recursivas, ou seja, se observamos que existe uma história de interações entre esses organismos onde os respectivos comportamentos são incorporados à interações subsequentes, podemos dizer que esses organismos estão em um domínio linguístico.

Um domínio linguístico é um domínio comportamental de ações coordenadas, consensuais, entre dois ou mais organismos. E sempre que houver um domínio linguístico, uma rede social pode ser formada como uma rede de interações consensuais e recursivas entre os membros de uma mesma comunidade de organismos: uma cultura. Quanto à ausência ou presença, na observação de interações não-humanas, daqueles elementos comportamentais tradicionalmente descritos como pertencentes à linguagem humana - fala, sinais gestuais, escrita - é preciso entender que, se aceitamos o caminho explicativo que estou utilizando aqui, nenhum som, gesto ou desenho particular faz parte, de antemão, da linguagem, pois essa é definida historicamente. Se há recursão, se no curso da interação aquele som, gesto ou desenho é distinguido como um elemento na coordenação de ações consensuais, ele fará parte da linguagem na descrição do observador. O mesmo se dá com outras regularidades percebidas na língua, como a sintaxe. É preciso fazer referência à história, ao curso de interações, para se dizer que uma palavra ou frase pertence à linguagem. A dificuldade de atribuímos linguagem a organismos não-humanos é que, na maioria das vezes (por razões históricas: evolutivas e ontogênicas), não participamos com eles de interações recorrentes e recursivas, e, portanto, não somos capazes de descrever suas interações como consensuais.

Mas essa dificuldade não se restringe aos não-humanos, e por isso considero a abordagem da BC relevante para uma antropologia linguística. Nem sempre (ou quase nunca) escutamos do mesmo modo que outros humanos escutam em outras redes de conversação. E nessas outras redes, linguagem (lembrando: os processos que ocorrem no organismo para que ele estabeleça um domínio linguístico) pode envolver interlocutores, e portanto, acoplamentos estruturais, danças estruturais e comportamentais, que não interessam a uma linguística do código, ou uma linguística-do-falante-humano, como é o caso do dizer e do escutar de animais, de espíritos, de forças da natureza, de artefatos.

O domínio linguístico é um domínio comportamental que surge a partir do operar do organismo, mas não se confunde com ele: como já dito, é preciso manter separados

o domínio das dinâmicas internas (a fisiologia) e o domínio das interações do organismo como um todo (seu comportamento), ainda que o observador possa fazer referência aos dois domínios ao mesmo tempo. Ao descrever as correspondências observadas na ontogenia de dois sistemas em interação, é comum reduzirmos um domínio ao outro, ou como é comum no âmbito das ciências cognitivas e linguísticas tradicionais, falar como se os organismos em interação representassem a realidade de um mesmo modo em sua mente, em seu cérebro ou em seu sistema de comunicação, o que não é possível se aceitarmos as coerências explicativas da abordagem sistêmica da BC, como venho fazendo aqui.

A segunda questão – processos que ocorrem na interação linguística e permitem a um organismo *descrever* os eventos que ele experiencia – marca a diferença conceitual entre domínio linguístico e linguagem. No domínio linguístico ocorrem *coordenações de ações*: observamos as ações dos organismos em interação como uma dança comportamental em que o que acontece a um organismo reflete no comportamento do outro. Não é preciso que os organismos sejam humanos, mas eles devem ser sistemas vivos, ou autopoieticos. Quando um organismo, no curso de suas coordenações de ações com outro organismo, *descreve* o que ele experiencia, surge o observador, um humano que faz distinções de distinções em um domínio de coordenações consensuais com outros humanos. O observador surge a partir da *coordenação de coordenações de ações*: as próprias ações consensuais (o domínio linguístico estabelecido) são utilizadas no curso da interação como objetos trazidos à mão pelo observador e estabelecendo uma coordenação consensual de segunda ordem, ou *linguagem*. Com essa definição de linguagem, a BC fecha o ciclo explicativo, mostrando como o observador surge a partir do operar do ser vivo, e como os domínios fisiológicos e comportamentais do ser vivo surgem como uma operação de distinção do observador.

Em meu modo distinto de responder à segunda questão, digo que são as interações em um domínio linguístico, e não as coordenações de segunda ordem, que geram tanto os fenômenos linguísticos humanos como os de qualquer organismo participante em um processo coontogênico. Para mim, o termo *linguagem* aplica-se a qualquer relação coontogênica e, não somente às humanas. Aceito, no entanto, que modos próprios do humano de estar na linguagem (conservados na linguagem humana) são os únicos acessíveis a mim. Na maioria das circunstâncias, não participamos de interações recorrentes e recursivas com organismos não humanos a ponto de estabelecermos um domínio consensual. Assim, usualmente não descrevemos essas interações de um modo que, nos termos da BC, permite o surgimento do observador. No entanto, em um relato etnográfico, que sempre é um esforço interminável de tradução, faríamos bem em estar atentos para o fato de que, se não participamos de interações recorrentes e recursivas com não humanos, outros humanos – os xamãs, para dar

um exemplo corriqueiro – o fazem, como parte de suas dinâmicas comportamentais, e a incapacidade de ouvirmos essas relações coontogênicas é uma marca e uma consequência da separação, infelizmente central nas ciências da linguagem, entre o linguístico (aquilo que *de fato* foi dito) e o extralinguístico (as crenças, a cultura, os condicionantes sociais, as disposições individuais de todo tipo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE GARGANTAS HUMANAS

Nada poderia ser mais diferente da tradição das ciências linguísticas que a origem Yanomami da linguagem, ou das linguagens, ou, para ser ainda mais preciso, do “linguajar” (MAGRO, 1999), pois sempre é gerada uma relação, e não os seus termos. Diz David Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 233).:

Foi *Remori*, o espírito do zangão alaranjado *remoremo moxi*, que deu aos brancos sua língua emaranhada. A fala deles parece mesmo o zumbido dos zangões, não é? Colocou neles uma garganta diferente da nossa.

Em oposição simétrica ao mito bíblico de Babel, onde instaura-se o conflito e o consenso humano é perdido ao se perder uma língua comum, para Omama, o demiurgo Yanomami, o não conversar ou, se preferirmos, o não escutar, é a solução do conflito. Prossegue Kopenawa:

São palavras de habitantes da floresta que nos ensinou Omama, e os brancos não as podem entender. Assim é. Omama e Remori resolveram que as gentes diferentes que tinham criado não deviam ter a mesma língua. Acharam que o uso de uma só língua provocaria conflitos constantes entre eles, pois as más palavras de uns poderiam ser ouvidas sem dificuldades por todos os demais. Por isso deram outros modos de falar aos forasteiros, e depois os separaram em terras diferentes. Então, ao fazerem surgir neles todas essas línguas, disseram-lhes: “Vocês não entenderão as palavras dos outros e, assim, só irão brigar entre si. O mesmo acontecerá com eles”.

Não está aqui em jogo se o compartilhamento de signos linguísticos leva ao acordo (como em Babel) ou à discórdia. Todo linguista irá aceitar que, ao lado dos benefícios do entendimento, compreender “más palavras” pode ser desastroso na convivência dos interlocutores, mas não enxergará nesse fato qualquer contribuição para uma teoria da linguagem, relegando-o aos acidentes irreplicáveis da experiência humana. Talvez um assunto para a psicologia social, não para a linguística. O que os espíritos da floresta colocam em questão é a tradição, nas ciências linguísticas e seus percursores, da linguagem como um objeto natural, um dado da natureza ao mesmo tempo independente das controvérsias humanas (isto é, da política) e, por outro lado, um atributo universal e

exclusivo do humano. Apesar de ontologicamente ligada à humanidade, enquanto dado da natureza, a linguagem – dizemos nós, linguistas – só pode ser acessada no curso da investigação propriamente científica, um domínio do especialista, tal como os demais objetos naturais e silenciosos de inquirição só são desvelados pelos Epistemólogos das outras ciências. A origem Yanomami da linguagem oferece a proposta, irreconhecível na epistemologia ocidental, de um multinaturalismo linguístico: os brancos têm “uma garganta diferente da nossa”, diz o xamã, e por isso são – precisam ser – atravessados de danças comportamentais também diferentes, estranhas: “gentes diferentes (...) não deviam ter a mesma língua”. Independente de apresentar os órgãos aparentemente no mesmo lugar, observação que os Yanomami por certo compartilham com os brancos, os afetos que fazem do corpo do branco um corpo de branco não são os mesmos que atravessam o corpo Yanomami.

Se o fenômeno da variação é amplamente reconhecido pelos linguistas da atualidade, e, portanto, a afirmação de que gentes diferentes não têm a “mesma língua” é incontroversa, o que se entende por variedade linguística é o oposto de um multinaturalismo. “A variação”, diz um manual introdutório, é “um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente” e “pressupõe a existência de formas alternativas, denominadas variantes” (MOLLICA, 2013, p. 9-10). Principalmente, a heterogeneidade (intrínseca à linguagem, lembremo-nos), ou seja, a existência de formas alternativas, é condicionada por variáveis independentes que podem tanto ser estruturais (internas ao sistema linguístico), como ou externas (a sociedade). Linguísticas ou extralinguísticas.

Preservam-se, assim, os domínios do acordo modernista – no sentido de Latour (1993) –, purificados e opostos entre a fenômeno propriamente linguístico, que é a natureza silenciosa da linguagem, e sua contraparte ruidosa, social, controversa, ou, no jargão profissional, *extralinguística*. Com a noção de comunidade de fala, em que sistemas particulares são compartilhados por grupo particulares de falantes (ainda que variáveis, ou estratificados), a linguística científica aproxima-se mais do mito de Babel, em que a comunicação bem-sucedida depende de haver *correspondência entre as correspondências entre forma e sentido*. E, curiosamente, aproxima-se da noção dezenovesca de uma nação, um povo, uma língua, tão criticada pelos próprios linguistas. Pois é no domínio do social, ou no sentido purificado do social, palco exclusivo das paixões e dos debates humanos, que se instaura a incompreensão. Só o especialista, como porta-voz autorizado de objetos silenciosos, sabe fazer a língua – tal como os demais fatos irrefutáveis e sobre-humanos da natureza – falar por si mesma.

Escutar, e, não, falar, é a ação decisiva nos processos coontogênicos, nos termos da BC (pois o determinismo estrutural previne que um organismo *transmita* ao outro aquilo que ele diz). Segue daí que tanto o linguista como o seu sujeito de investigação fariam bem, ou não fariam mal algum, em abdicar do título de “falante”.

REFERÊNCIAS

- BARRETT, Paul; GAUTREY, Peter; HERBERT, Sandra; KOHN, David. *Charles Darwin's notebooks, 1836–1844: geology, transmutation of species, metaphysical enquiries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- CHOMSKY, Noam. *Language and thought*. Wakefield: Moyer Bell, 1994.
- DENNET, Daniel. *A perigosa idéia de Darwin: a evolução e os significados da vida*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2017.
- FOLEY, Robert. *Apenas mais uma espécie única*. São Paulo: Edusp, 1993.
- GOODY, Jack. *A domesticação da mente selvagem*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LATOUR, Bruno. *We have never been modern*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- KALOF, Linda; FITZGERALD, Amy (Eds.). *The animals reader: the essential classics and contemporary writings*. Oxford: Berg, 2007.
- INGOLD, Tim. Por que quatro porquês? In: VIANNA, Beto (org.). *Biologia da libertação: ciência, diversidade e responsabilidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008. p. 86-94.
- KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.
- LATOUR, Bruno. *We have never been modern*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: UNESP, 2017.
- MAGRO, Cristina. *Linguajando o linguajar: da biologia à linguagem*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 1999.
- MATURANA, Humberto. Biologia da linguagem: a epistemologia da realidade. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (orgs.). *Humberto Maturana: A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. p. 123-166.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *The tree of knowledge: biological roots of human understanding*. Boston: Shambala, 1998.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *De máquinas y seres vivos*. Buenos Aires: Lumen, 2003.
- MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-14.
- OYAMA, Susan. *The ontogeny of information: developmental systems and evolution*. Durham: Duke University Press, 2000.
- OYAMA, Susan. Mudança de hábito. In: VIANNA, Beto (org.). *Biologia da libertação: ciência, diversidade e responsabilidade*. Belo Horizonte: Mazza, 2008. p. 50-54.

ROSE, Hilary. Colonizing the social sciences? In: ROSE, Hilary; ROSE, Steven (eds.). *Alas, poor Darwin: arguments against evolutionary psychology*. New York: Harmony Books, 2000. p. 127-153.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1991.

VIANNA, Beto. Co-ontogenia: una aproximación sistémica al lenguaje. *Revista de Antropología Iberoamericana*. 6:2, ps. 135-158, 2011.

VIANNA, Beto. MAIA, Ugo. Dossiê Socialidades Específicas: Os outros sócios do humano. *Revista Ambivalências*, 5:10, p. 04-21, 2017.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

[VOLTA AO SUMÁRIO]